

O FIM DE QUE MODERNIDADE?*

*IMMANUEL WALLERSTEIN***

Há uns cinquenta anos a palavra "moderno" tinha duas conotações claras. Uma era positiva e esperançosa. "Moderno" significava a mais avançada tecnologia. O termo situava-se no marco conceitual da presumível infinitude do progresso tecnológico e, por essa razão, das inovações constantes. Aquela modernidade era conseqüentemente fugidia porque o que hoje era moderno, no dia seguinte já era obsoleto. E ademais era bastante material em sua forma, pois tinha a ver com aviões, ar condicionado, televisão, computadores, etc. O atrativo deste tipo de modernidade não se esgotou ainda.

Porém, havia assim mesmo uma segunda conotação primordial para o conceito de moderno, que era mais contestatória que afirmativa, e que podia se caracterizar como menos esperançosa que complacente (e também menos autocomplacente), ou como menos material que ideológica. Essa modernidade era, brevemente, o presumido triunfo da liberdade humana contra as forças do mal e da ignorância, uma trajetória tão inevitavelmente progressiva como a do avanço tecnológico. Todavia, não era um triunfo da humanidade sobre a natureza; era, muito mais, um triunfo da humanidade sobre si mesma, e sobre aqueles que tinham privilégios. Seu caminho não era só de descobrimento intelectual, senão também de conflito social. Essa modernidade não era a da tecnologia, a do Prometeu desacorrentado, a da riqueza sem limites. Era, a rigor, a modernidade da liberação; a da democracia

substancial (com uma lei do povo oposta à aristocrática, com essa lei do melhor); era a modernidade da satisfação das necessidades humanas e também da moderação. Essa modernidade da liberação não era, pois, modernidade presumida, mas eterna, porque uma vez conseguida, não se a perderia nunca.

Esse par simbiótico tem confirmado a contradição cultural de um sistema mundial, do sistema do capitalismo histórico, uma contradição que nunca foi tão aguda como é agora, quando nos tem levado a uma crise moral e estrutural.

UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA

Dada a relação simbiótica das duas modernidades, não foi tarefa fácil lograr a separação parcial de ambas. Não obstante, a referida separação se completou para que se pudesse criar assim uma base geocultural duradoura, capaz de legitimar as operações da economia mundial capitalista. Essa base foi exitosa pelo menos durante cento e cinquenta anos aproximadamente, e a chave de sua operação foi a elaboração da ideologia do liberalismo, bem como a aceitação deste como ideologia emblemática da economia mundial capitalista.

Em si mesmas, as ideologias foram uma inovação surgida da nova situação cultural que se gerou com a Revolução Francesa. Duas idéias radicalmente novas eram agora aceitas com amplitude e eram também quase

* WALLERSTEIN, I. El fin de ¿ qué modernidad? *La Época*, Costa Rica, 20 out. 1996. P 22-3. Traduzido por José Flávio Bertero e Ana Maria de Oliveira Rosa e Silva.

** Diretor do Centro Fernand Braudel, prof. de Sociologia da Universidade de Birghampton, presidente da Associação Internacional de Sociologia e autor, entre outros, do livro *O moderno sistema mundial*.

evidentes por si próprias. A primeira consistia em que a mudança política era um fenômeno normal, mais que excepcional, e a segunda, em que a soberania radicava naquela entidade chamada "povo".

Assim surgiram certas ideologias que, com toda a clareza, foram as estratégias políticas a longo prazo, desenhadas para enfrentar as novas crenças no contexto de uma normalidade de mudanças políticas e de uma soberania moral do povo. Apareceram três ideologias principais. A primeira era o conservadorismo, isto é, a ideologia de quem rechaçava a modernidade, tida como nefasta.

O liberalismo se levantou como resposta ao conservadorismo e como doutrina dos defensores da modernidade, que buscavam conseguir seu pleno florescimento de maneira metódica. Os liberais estavam totalmente comprometidos com a modernidade tecnológica, porém bastante desassossegados em relação à modernidade da liberação. Eles pensavam que a liberação dos especialistas era uma das idéias esplêndidas, enquanto aquela da gente ordinária, ao contrário, representava perigos.

A terceira grande ideologia do século XIX, o socialismo, perdurou até o final deste século. Do mesmo modo que os liberais, os socialistas aceitavam a inevitabilidade e a deseabilidade do progresso mas, diferentemente deles suspeitavam das reformas verticais. Aguardavam, impacientes, benefícios completos da modernidade: tanto os da tecnologia, quanto, principalmente, os da modernidade libertária, e adivinhavam, com toda razão, que o "liberalismo" dos liberais era muito limitado, seja quanto a seus alcances de aplicação, seja quanto ao número de pessoas sobre as quais se buscava aplicá-lo.

TRÊS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Nas zonas centrais da economia mundial capitalista do século XIX a ideologia liberal expressou a si mesma mediante três objetivos políticos principais: o sufrágio, o Estado de bem-estar e a identidade nacional. Os liberais esperavam que a combinação desses três objetivos pudesse tranquilizar as "classes perigosas" e que garantisse a vigência, pelo menos, da modernidade da tecnologia.

A aposta liberal foi o fato de que as pessoas anteriormente excluídas do voto, uma vez tendo-o recebido, aceitaram a idéia de que ele significava a plena satisfação de seus reclames sobre direitos políticos, e, portanto, abandonaram outras idéias mais realistas sobre sua participação efetiva na tomada coletiva de decisões.

O debate sobre o Estado de bem-estar, que era na realidade um debate acerca da redistribuição da mais-valia, foi também permanente, e mostrou igualmente uma constante curva ascendente de concessões, pelo menos até a década de oitenta do presente século, quando começou a decair pela primeira vez.

Nem o sufrágio, nem o Estado de bem-estar, nem os dois juntos tinham sido suficientes para domesticar as classes perigosas sem a intervenção de uma terceira variável crucial. Essa terceira variável foi a criação da identidade nacional. O grande programa do liberalismo não era transformar nações em Estado, senão criar nações a partir dos Estados, o que significa que a estratégia foi tomar quem se situava nas fronteiras de um Estado - inicialmente os "súditos" de um rei soberano, e depois o "povo" soberano - e transformá-los em cidadãos que se identificavam com o seu próprio Estado.

As grandes instituições unificadoras do povo foram o sistema educativo e as Forças Armadas. Pelo menos em cada país central, a educação elementar se fez obrigatória e, em

muitas nações, também o cadastramento militar.

Entretanto, não se deveria perder de vista um último elemento crucial na tarefa de criar uma identidade nacional: o racismo, que unifica a raça considerada superior. O racismo unifica aquela raça dentro do Estado às expensas de algumas minorias excluídas - por completo, ou em parte - de seus direitos de cidadania, e unifica a nação.

A Primeira Guerra Mundial marcou o triunfo da ideologia liberal, no núcleo europeu e norte-americano do sistema mundial. Mas também assinalou o ponto no qual a divisão política entre o centro e a periferia se tornou evidente. Apenas haviam terminado os poderes europeus sua conquista final do mundo, no último terço do século XIX, quando se iniciou o retrocesso do Ocidente.

Através do leste e do sul da Ásia e do Oriente Médio, começaram a surgir movimentos de liberação nacional. No período que vai de 1900 a 1917, houve revoluções e formas variadas de levantes nacionalistas no México e na China, na Irlanda e na Índia, nos Bálcãs e na Turquia, no Afeganistão, na Pérsia e no mundo árabe. Novas "classes perigosas" ergueram a sua cabeça e ondearam as bandeiras da modernidade e tecnologia com vistas a conseguir primeiro uma liberação.

Os anos de 1914 a 1945 caracterizaram-se por uma prolongada luta no centro, principalmente entre a Alemanha e os Estados Unidos, pela hegemonia do sistema mundial. Nesses mesmos anos, e depois, ocorreu um período conflitivo ainda mais fundamental entre o Norte e o Sul. De novo os estratos dominantes (situados no Norte) trataram de persuadir as novas classes perigosas da identidade das duas modernidades.

1968, CHAMAS E CINZAS

Faz vinte e oito anos, em 1968, que a conveniente confusão conceitual, havida entre as modernidades aludidas, foi sonora e vigorosamente questionada por uma revolução mundial, que assumiu primordialmente a forma (ainda que não de modo exclusivo) de revoltas estudantis. Nos Estados Unidos e na França, na Tchecoslováquia e na China, no México e na Tunísia, na Alemanha e no Japão, houve insurreições (e às vezes mortes) que, se bem que apresentassem diferenças locais, compartilharam na essência os mesmos temas fundamentais: a modernidade da liberação é tudo, e não foi conseguida ainda; a modernidade da tecnologia é uma enganosa armadilha; não é possível confiar nos liberais de qualquer classe - liberais liberais, liberais conservadores e, sobretudo, liberais socialistas (isto é, da Velha Esquerda) - e de fato, eles são o primeiro obstáculo para a autêntica liberação.

A revolução mundial de 1968 inflamou-se ou extinguiu-se, ou melhor, foi reprimida rapidamente. Em 1970, havia terminado em quase toda parte. Não obstante, teve um profundo impacto na geocultura. E que 1968 fez cambalear a dominação da ideologia liberal na geocultura do sistema mundial. E aí que se abrem as questões que o triunfo do liberalismo, no século XIX, havia clausurado ou relegado à margem do debate público.

O liberalismo não desapareceu em 1968 e, malgrado isso, perdeu sua licença como ideologia definidora da geocultura. A década de setenta viu como o espectro ideológico retornava a essa verdadeira tríade, desbaratando a confusão das três ideologias, verificada quando estas se converteram, de fato, em três variantes do liberalismo, digamos entre 1850 e os anos sessenta do presente século. O debate pareceu retroagir, algo assim em torno de cento e cinquenta anos, só que num mundo mudado nos dois

sentidos: a modernidade da tecnologia transformara a estrutura social mundial de maneira tal, que ameaçava desestabilizar os apontamentos da economia mundial capitalista, e a história ideológica do sistema mundial era, agora, certa memória que afetava a capacidade habitual dos estratos dominantes para manter a estabilidade política desse sistema.

Vejam os primeiro a segunda mudança mencionada. Pode ser que alguém se surpreenda pelo fato de que dou tanta ênfase a 1968 como momento decisivo. Acaso se perguntaram se 1989, o ano símbolo do colapso dos comunismos, não é um acontecimento mais significativo na história do moderno sistema mundial? 1989 não representa, de fato, o colapso do falso socialismo e sua passagem ao capitalismo e, portanto, o logro do objetivo final da ideologia liberal, a repressão das classes perigosas, a aceitação universal das virtudes da tecnologia moderna? Bem, não; cabalmente não. O que quero dizer é que 1989 foi a continuação de 1968, e que 1989 não marcou o triunfo do liberalismo, senão o contrário: marcou o colapso do liberalismo e uma enorme derrota política dos que sustentavam a economia mundial capitalista.

Em outras palavras, justamente porque o liberalismo pareceu despregar-se de maneira tão eficaz em escala mundial, entre 1945 e 1970 ("autodeterminação" mais "desenvolvimento econômico"), a recaída dos anos setenta e oitenta foi mais dura ainda. A esperança viu-se traída e as ilusões sacudidas, em particular nas zonas periféricas e semiperiféricas. Os *slogans* de 1968 pareceram a todo mundo muito mais plausíveis, e o reformismo racional, *a fortiori*, se mostrou como uma amarga decepção.

A LARGA SÉRIE DE COLAPSOS

País após país do Terceiro Mundo contemplou a sua população tornar-se contra os movimentos da Velha Esquerda e alegar fraude. E provável que essa população não estivesse muito segura acerca do que substituir - um motim aqui, um fundamentalismo religioso ali, um movimento antipolítica acolá - porém estavam seguros era de que o pseudo-radicalismo da Velha Esquerda representava, de fato, um falso liberalismo que só funcionava para uma pequena elite. De uma ou de outra forma, a população desses países tentou derrotar aquelas elites. Tinha perdido a fé em seus Estados enquanto agentes da modernidade da liberação e não perdeu seu desejo de liberação; só sua fé nas velhas estratégias para consegui-la.

O colapso dos comunismos entre 1989 e 1991 foi apenas o último de uma larga série de colapsos; foi o descobrimento de que inclusive a retórica mais radical não era, de modo algum, garantia da modernidade da liberação e, provavelmente, era uma pobre garantia da modernidade tecnológica. É verdade que em seu desespero, e por um só momento, aquela população adotou os *slogans* da revitalizada direita mundial, a mitologia do "livre mercado".

Também é verdade, não obstante, que nem na Europa do Leste nem em outros lugares do mundo é provável que se volte a crer novamente na versão leninista das promessas do reformismo racional (sob apelação de revolução socialista), o que desde logo é um desastre para esse mundo capitalista, porque a crença no leninismo serviu pelo menos durante cinquenta anos como principal força coercitiva sobre as classes perigosas do sistema mundial. Desse ponto de vista político, o sistema mundial tornou-se mais instável. E justo no momento em que os fundamentos sócio-econômicos do sistema

mundial se tornaram mais seriamente debilitados.

Um segundo problema estrutural é a pressão sobre os estratos médios, que têm sido corretamente concebidos como pilar político do sistema mundial existente. Não obstante suas demandas, tanto frente aos empregadores como entre os Estados, tenham-se expandido constantemente, e o custo mundial de sustentação, em níveis pessoais, tenha sido cada vez mais alto, tais estratos em permanente expansão, converteram-se em algo muito difícil de suportar para as empresas e os tesouros estatais.

Um terceiro problema estrutural é o desastre ecológico, que coloca ao sistema mundial um agudo problema econômico. A acumulação de capital baseara-se durante cinco séculos na capacidade de as empresas exteriorizarem seus custos. Isso tem significado, em essência, a sobreutilização dos recursos do mundo a um custo coletivo, se bem que virtualmente sem nenhum custo para as empresas. Todavia, até certo ponto, os recursos têm-se esgotado e a toxidade negativa alcança níveis com os quais já não é possível continuar. Por último, a brecha demográfica, que dobra a econômica, entre o Norte e o Sul, acentua-se cada vez mais ao invés de diminuir, o que produz uma pressão muito forte sobre o movimento migratório do Sul para o Norte e gera, em troca, uma reação política antiliberal igualmente forte no Norte. É fácil predizer o que vai acontecer.

IMAGINAR UMA NOVA ORDEM

Assim, pois, por ora e nos próximos quarenta ou cinquenta anos, o sistema mundial encontrar-se-á numa enorme crise moral e institucional. O que sucede é que há pelo menos uma tensão clara e evidente entre as modernidades da tecnologia e da liberação. Entre 1500 e 1800, ambas as modernidades

pareceram melhor coordenadas. Entre 1789 e 1968, seu conflito latente manteve a raia com o exitoso intento que a ideologia liberal tinha de simular que as modernidades eram idênticas. Contudo, desde 1968, esse assunto acha-se desvendado, e ambas as modernidades estão agora em luta aberta uma contra a outra.

Existem dois signos culturais principais desse reconhecimento do conflito entre as duas modernidades. Uma é a "nova ciência", a ciência de complexidade. De maneira repentina, nos últimos dez anos, um grande cientista da física e das matemáticas tem-se lançado contra a ideologia newtoniana, baconiana e cartesiana que, pelo menos durante os últimos quinhentos anos, reclamava ser a única expressão científica plausível. Com o triunfo da ideologia liberal no século XIX, a ciência newtoniana se consagrou como verdade universal.

Os novos cientistas têm impugnado não tanto a validade da ciência newtoniana, como sua universalidade. Aduzem em essência que as leis da ciência newtoniana se aplicam só em casos especiais e limitados da realidade e que, para entender de maneira científica a realidade em seu conjunto, é preciso expandir amplamente nossos marcos de referência e nossas ferramentas de análise. É então que ouvimos esse novo ruído do fundo do caos e suas bifurcações: a da lógica confusa, fracionada e, sobretudo, a do sentido do tempo. O mundo natural e todos os seus fenômenos têm-se historicizado. A nova ciência distingue-se por não ser linear, apesar de a modernidade da tecnologia ter se erigido sobre o pilar da linearidade; eis o porquê de aquela nova ciência pôr as questões mais fundamentais que caiba imaginar em torno da modernidade tecnológica, ao menos na forma em que se tem exposto de um modo clássico

O outro signo cultural do reconhecimento de um conflito entre duas modernidades é o movimento, vigente principalmente nas humanidades e nas ciências sociais, da "pós-

modernidade". Essa pós-modernidade não é em absoluto pós-moderna. É um modo de rechaçar a modernidade da tecnologia, em nome da modernidade da liberação, e se se há posto dessa maneira tão bizarra, é porque os próprios pós-modernistas buscam romper com o tipo de linguagem que a ideologia liberal imprimiu ao novo discurso.

Como conceito explicativo, a pós-modernidade é confusa, conquanto profética como doutrina anunciatória; sem dúvida, porque realmente vamos na direção de constituir outro grande sistema histórico. O moderno sistema mundial está chegando ao seu fim. Requerem-se, entretanto, pelo menos outros cinquenta anos de crise terminal, isto é, de "caos", antes que possamos ver emergir uma nova ordem social.

Nossa tarefa, por ora e nos próximos cinquenta anos, é uma "utopia". É a tarefa de imaginar e brigar pela criação dessa nova ordem social, porque certamente nada assegura que, do fim de um sistema mundial desigual, venha a emergir um melhor. Hoje necessitamos definir as instituições concretas por meio das quais a liberação pode se expressar finalmente. Temos vivido através de sua expressão simulada no sistema mundial existente, em que a ideologia liberal procura nos convencer de uma realidade contra a qual, de fato, pelejavam os liberais: a realidade de uma crescente igualdade e democracia. E temos vivido através da desilusão dos falidos movimentos anti-sistêmicos, que em si mesmos foram mais parte do problema que sua solução.

Deveríamos nos comprometer num imenso "**multílogo**" mundial, porque as soluções de nenhum modo são evidentes, e os que buscam continuar o presente das modalidades distintas são muito poderosos. O fim de que modernidade? Digamos que o da falsa modernidade... E o princípio, pela primeira vez, de uma verdadeira modernidade da liberação.